



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

A OPRESSÃO RACIAL E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE

CAPITALISTA: notas para o Serviço Social

LEONARDO PATRÍCIO DE BARROS ¹

RESUMO

O ensaio teórico aqui proposto analisa a importância da abordagem dos aspectos fundamentais das relações raciais nas reflexões acerca da exploração do trabalho na sociedade capitalista e a urgência de sua incorporação nas produções do Serviço Social. Buscamos evidenciar que na formação social dos países latino-americanos, em especial no Brasil, o racismo é elemento estrutural e estruturante, e, conseqüentemente as relações de exploração e opressão produzidas no bojo do funcionamento do capital estão baseadas e subsidiadas pelo racismo. Historicamente os negros têm ocupado os estratos mais subalternizados da sociedade.

Palavras-chave: Questão racial e Serviço Social; Racismo; Trabalho e questão racial; Capitalismo e racismo.

ABSTRACT

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

The theoretical essay proposed here analyzes the importance of approaching the fundamental aspects of racial relations in the reflections on the exploitation of work in capitalist society and the urgency of its incorporation in the productions of Social Work. We seek to show that in the social formation of Latin American countries, especially in Brazil, racism is a structural and structuring element, and, consequently, the relations of exploitation and oppression produced in the midst of the functioning of capital are based and subsidized by racism. Historically, blacks have occupied the most subordinate strata of society.

Keywords: Racial issue and Social Work; Racism; Work and racial question; Capitalism and racism.

1 INTRODUÇÃO

Nosso trabalho consiste na análise da importância da incorporação dos aspectos fundamentais das relações raciais nas reflexões acerca da exploração do trabalho na sociedade capitalista e a urgência de sua aglutinação nas produções do Serviço Social

Realizamos um debate que nos possibilitou apreender, considerando determinado período histórico, como a ideologia racial esteve presente na estruturação da sociedade colonial-escravista e segue atualizada no contexto do capitalismo.

As inquietações que permearam a escolha do tema estão relacionadas ao fato de que nos territórios latino-americanos a ideia de raça foi essencial para a formação social desses países, em especial o Brasil, lugar que damos maior destaque na análise. Entendemos que a noção de raça serviu como base à estruturação da sociabilidade nesses Estados, em que as classes sociais eram divididas em duas classes fundamentais, a de senhores e escravizados, como evidencia Moura (2014).

Durante aproximadamente 400 anos, no Brasil, o sistema de produção colonial-escravista foi justificado pela ideologia racial e conseqüentemente a exploração do trabalho, na transição ao modo de produção tipicamente capitalista se fortaleceu, ressignificando o racismo.

2 O RACISMO COMO ELEMENTO BASE PARA CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO

Iniciamos nossa reflexão afirmando que no contexto da América Latina², para realizar um debate que busque apresentar na totalidade a interpretação sobre a dinâmica entre capital e trabalho existente na realidade concreta no cenário do capitalismo periférico se torna extremamente necessário considerarmos a categoria raça no processo de construção da sociabilidade burguesa nesse território.

É preciso, em primeiro lugar, evidenciar que para o desenvolvimento do capitalismo na Europa o processo de vilipêndio, invasão, roubo e morte foi elemento fundamental. Como já aponta Marx o processo de acumulação primitiva pode ser compreendido como “(...) uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida” (MARX, 2017, p. 835).

Partindo da definição citada, podemos observar que no processo de colonização ocorrido nas Américas, essa acumulação chamada primitiva guardou aspectos particulares e, podemos dizer, foi antessala para o desenvolvimento do capitalismo no Velho Mundo e no Novo Mundo.

Partindo do exposto adensamos nossa problematização considerando que “na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (QUIJANO, 2021, p. 118). Isso significa dizer que a categoria raça é elemento ideológico que serviu de base à subalternização³

2 Importante destacar que em linhas gerais realizamos algumas referências a América Latina, entretanto, o foco principal de nossa produção se mantém no Brasil.

3 Entendemos que “A categoria de grupos subalternos-classes sociais subalternas compreende muitos outros componentes da sociedade, além da “classe operária” e do “proletariado”. G. não usa “subalterno” ou “subalternos” como simples substituto de “proletariado”, para se esquivar se esquivar da censura carcerária ou por outras razões. (...) assim se entregam os mesmos subalternos à periferia da cultura e da política, classificando-os como bizarros, desequilibrados, atípicos, meras curiosidades”. (LUGORI, Guido; VOZA, Pasquale, 2017, pp. 746 – 749).

das populações autóctones. A ideia gramsciana de subalternidade nos ajuda a compreender como indígenas e negros⁴, no processo de colonização, foram destituídos inclusive de humanidade, assim, tornaram-se meras mercadorias.

Pensar o processo de colonização nos possibilita compreender as relações amalgamadas entre as sociedades coloniais e as capitalistas em desenvolvimento na Europa. Aqui, daremos ênfase a realidade brasileira, pois a formação social brasileira nos oferece elementos essenciais para desvendar, em alguma medida, como a colonização serviu como uma forma de acumulação primitiva e evidencia que a ideologia de inferioridade racial da população negra segue contribuindo à continuidade da lógica capitalista.

O processo de escravização do negro esteve pautado no que podemos chamar de centralidade do homem europeu como padrão de civilidade e desenvolvimento para os outros territórios do mundo, sendo assim, é preciso observar que a colonização e escravização foram legitimadas pela ideia de que era necessário civilizar os selvagens. O pensamento iluminista⁵ colocou o homem europeu nesse lugar de destaque.

O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais (...). E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo (ALMEIDA, 2019, p. 19).

Podemos observar, que esse processo transitório da sociedade feudal para o capitalismo teve como elemento primordial a centralidade do homem, mas um homem específico, o europeu, cristão e branco. Isso significou o início de um processo de aniquilação e destruição de outros povos e culturas que não fossem consideradas *civilizadas*.

É desse ponto de análise que compreendemos que o processo de acumulação primitiva realizado nas colônias teve por principal ideologia o racismo.

Ao longo da história a construção do pensamento racista foi sendo elaborado

4 Importante destacar que em nosso trabalho abordamos o negro e o indígena nesse primeiro momento por terem sido esses os que passaram pelo processo inicial de escravização nos primeiros anos das colonizações, entretanto, ao longo de nossas elaborações iremos considerar o racismo antinegro, ou seja, a forma de racismo desenvolvida contra os negros, pois é esse o foco de nossa produção.

5 Movimento cultural e sociopolítico entre os séculos XVII e XVIII que tinha como principal reivindicação a transformação da sociedade europeia por meio da razão em oposição ao pensamento religioso.

ao longo dos anos e contou com variadas contribuições, das muitas interpretações raciais para subalternização do negro é preciso evidenciar a que está relacionada com um dos pilares do capitalismo, o liberalismo.

John Locke, que pode ser considerado o pai do liberalismo defendia com veemência a liberdade dos homens, mas não de todos os homens e sim aqueles que não eram categorizados como mercadoria, ou seja, os escravizados não eram entendidos como homens e a liberdade não era um direito para esses sujeitos.

Vale destacar que o pensador inglês era “acionista da Royal African Company” (LOSURDO, 2006, p. 28) e com isso participava ativamente do processo de lucro gerado pelo tráfico de escravizados, esse era um mercado importantíssimo e de extrema lucratividade no processo de acumulação primitiva.

Mas o sistema colonial não criaria apenas a escravidão. Criaria, isto sim, a escravidão africana. De fato, o tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se poderoso fator de acumulação primitiva, gerando, ao mesmo tempo, vultosos excedentes por intermédio da comercialização do escravo e viabilizando, sem maiores problemas, a reprodução do estoque de cativos na colônia (KOWARICK, 1994, p. 22).

É preciso compreender que o processo de colonização, instituição do tráfico de escravizados e expropriação de riquezas e territórios integraram a acumulação primitiva na América Latina. É nesse sentido que identificamos o racismo como base essencial na construção e desenvolvimento do capitalismo na Europa, pois foi, também, por meio das riquezas produzidas pelo colonialismo e escravização, justificados pelo racismo, que o capitalismo teve seu desenvolvimento financiado, não somente pelo trabalho livre assalariado, mas também, pela exploração do trabalho executado pelos sujeitos escravizados.

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão; sem algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Por isto, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância (MARX, 1985, p. 108).

Nesse aspecto que percebemos que historicamente os processos de escravização do negro e colonização dos países como o Brasil foram elementos fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo na Europa e foi determinante para que as colônias ocupassem o lugar da periferia no capitalismo.

Após essa breve consideração que identifica a raça como elemento central na

construção do capitalismo, e, conseqüentemente revela a necessidade de considerar a raça nas interpretações sobre o capitalismo, especialmente nos países dependentes, para que se alcance a totalidade, nos interessa partir para o debate sobre o trabalho em Marx, obviamente, trazendo importantes reflexões sobre as particularidades de sua exploração na periferia do capital.

Importante sinalizar que entendemos como dependentes os países que ingressaram no mercado mundial pela porta dos fundos e especialmente no caso brasileiro, viveu a condição de colônia por aproximadamente três séculos, conforme Lemos (2014).

Portanto, é importante delimitar que nos interessa refletir sobre a exploração do trabalho na sociedade capitalista, demonstrando que a forma de sua exploração na América Latina, em especial no Brasil⁶, possui particularidades relacionados à raça, justamente por ocasião da formação social baseada na escravização do negro e colonização.

Partindo disso indicamos que categorias de análise marxistas e marxianas, considerando a questão de raça, nos permitirão compreender de forma mais aproximada da totalidade a exploração do trabalho no capitalismo periférico.

3 A COMPREENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO

Como é possível observar, partindo do resgate histórico feito por Valéria Forti (2013), a ontologia⁷ possuiu vários significados. Passando pelas interpretações de Aristóteles, Parmênides e pelas definições da Igreja, a autora demonstra que ao longo dos séculos variadas foram as compreensões sobre ontologia, entretanto, nos apresenta uma ideia sobre ontologia que é a que nos interessa para abordar a centralidade do trabalho na constituição o ser social.

A ontologia do ser social, apreendida por Marx é aquela que de forma mais

6 Realizamos esse recorte por ocasião de o Brasil estar mais diretamente ligado com nosso objeto de tese, além de ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão o que nos revela o caráter escravocrata e racista dos interesses das classes dominantes nesse território. "o racismo é uma ideologia que "cimenta" relações sociais particularmente em um país atravessado historicamente por mais de três séculos de escravização de africanos abolida de forma conservadora tardiamente". (OLIVEIRA, 2021, p. 64).

7

completa nos fornece as possibilidades de compreender os motivos essenciais de no capitalismo o trabalho ter tomado centralidade. Para além disso, nos permite, também, observar a importância que teve o trabalho escravo na construção do capitalismo, e, conseqüentemente colocando o racismo como pilar desse processo de transição de uma sociedade colonial-escravista para uma sociedade capitalista.

No pensamento de Marx, a ontologia possui configuração materialista e social. (...). Marx trouxe à baila a centralidade da práxis em face do mundo dos homens, situando-a como atividade humana que se distingue das demais por pressupor teleologia. (FORTI, 2013, p. 23).

A autora nos permite compreender o trabalho como *práxis* humana. Afirma que ele, o trabalho é essencial à nossa sobrevivência e é a partir dele que surge o ser social.

Para atender suas demandas de subsistência o homem passa a realizar o trabalho, atividade essa diferenciada das práticas dos demais animais da natureza pela sua especificidade teleológica⁸.

É preciso em primeiro lugar o homem criar em sua subjetividade o produto de sua ação para depois executá-la e é justamente essa capacidade a teleológica, identificada por Marx (2014). Nesse aspecto podemos compreender o homem, no sentido do ser social, como sujeito que por meio do trabalho passa a ter relações sociais, as interações entre esses seres se dão por meio do trabalho coletivo.

Com o desenvolvimento do trabalho e sua complexificação, conseqüentemente a sociedade se complexifica e resultado do desenvolvimento do trabalho surge a divisão técnica do trabalho.

As transformações ao longo dos anos na dinâmica da sociedade estiveram ligadas a essa complexificação das relações de produção e dos próprios processos produtivos, entretanto, a divisão social do trabalho "(...) entre cidadãos livres e escravos materializa uma dada legitimidade e diferença no fazer e pensar no cotidiano das pessoas. O trabalho humano em sua dimensão técnica amplia, e a divisão social põe em evidência quem é que comanda e quem é comandado". (BATISTA, 2020, p. 105). Aqui se encontra a chave para compreender que a divisão

8 "Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana (...) o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade". (MARX, 2014, p.211 – 212).

social do trabalho se torna o elemento chave à divisão das classes sociais que conjugada como racismo possibilitou a divisão entre senhores e escravizados.

Mas sigamos, ainda, na reflexão sobre a importância do trabalho na construção do ser social e seu desenvolvimento.

As categorias debatidas por Marx são essenciais para compreensão da importância do trabalho no desenvolvimento do próprio ser social e das relações sociais. Como podemos observar é partindo da ontologia do ser social que o autor chega no ponto crucial da compreensão da centralidade da economia, não por uma via economicista, mas por entender que as categorias econômicas são fundamentais na produção e reprodução das relações sociais e é nesse ponto que Marx se diferencia dos demais pensadores clássicos.

(...) originalidade inovadora reside, não menos importante, no fato de que, pela primeira vez na história, as categorias econômicas aparecem como as categorias de produção e reprodução da via humana, tornando assim possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas. (...) A evolução filosófica que leva Marx ao materialismo culmina nesse voltar-se para a economia. (LUKÁCS, 2012, p. 284 – 285).

Podemos perceber que a compreensão ontológica do ser social está diretamente ligada ao método histórico-dialético de Marx, justamente no sentido de partir do material para compreensão da totalidade. Seguindo uma lógica do “existo, logo penso”, que é uma inversão do pensamento de Descartes, Marx passa a observar na materialidade os nexos para entender a essência das coisas. Nesse sentido temos a possibilidade de compreender que o fenômeno é apenas parte do todo e é por meio das elaborações possibilitadas pela abstração que se pode chegar próximo do entendimento da realidade que é o concreto pensado.

Assim, como evidencia Lukács (2012), Marx inverte a dialética idealista de Hegel partindo do material para compreender a realidade. “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida (...)”. (MARX, 2011, p. 54).

Foi por meio do método, que Marx teve a possibilidade de fazer o giro epistemológico e identifica o trabalho como categoria fundamental na constituição dos sujeitos.

Considerando o trabalho como *práxis* humana e imprescindível à sobrevivência do homem e produtor de valor de uso, conforme Marx (2014), nós temos a possibilidade de compreender os motivos pelo qual o trabalho ao longo da história da sociedade é apropriado, a depender do cenário da luta de classes que se configura.

O que se pretende dizer é que a depender dos interesses antagônicos e da correlação de forças que estão em jogo na sociedade, o trabalho assume determinado papel e sua exploração estará ligada, especificamente, em uma sociedade de classes, à classe dominante.

Concordamos que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes” (MARX, 2008, p. 8), sendo assim o trabalho como aspecto fundamental na construção do ser social assume um papel de protagonismo nas sociedades.

A exploração do trabalho na sociedade colonial-escravista foi transitória, mesmo que longa, para sustentar a forma de exploração na sociedade capitalista, portanto, entendemos que a primeira é prerrogativa à segunda. O que se observa é que a sociedade capitalista dependeu significativamente, para sua consolidação, da existência da sociedade colonial-escravista e conseqüentemente do racismo.

3.1 O racismo como elemento fundamental na configuração da exploração do trabalho nas economias dependentes

O racismo é, no capitalismo dependente uma determinação fundamental na racionalização dos desníveis sociais criados pela apropriação dividida da riqueza entre as classes dominantes internas e externas. Ele antecede a organização capitalista do trabalho neste território e confere sentido às ações das classes dominantes internas na tentativa de defender seu status quo frente à dominação externa. (SOUZA, 2018, p. 176).

Concordamos que nesses territórios, de capitalismo dependente, a divisão de classe foi fortemente determinada, também, pelo racismo e seu desenvolvimento ao longo do processo de formação social desde as invasões coloniais.

No caso brasileiro podemos observar especificamente o processo de exploração do trabalho escravo em que a produção de excedente para comercialização nos países centrais – principalmente Inglaterra, França, Holanda, Portugal e Espanha –,

significou base da sociabilidade no país em aproximadamente quatrocentos anos. A sociedade baseou-se e formou-se tendo como pilar o trabalho escravo, e a construção das relações sociais tinham como elemento específico a divisão de classes entre senhores e escravizados, sendo o racismo o elemento legitimador dessa conformação de classe.

Em sua obra, Demier (2017) faz uma abordagem sobre o processo de “transição pelo alto” do bonapartismo militar brasileiro para a democracia liberal no Brasil, embora o autor esteja analisando um período histórico diferente do que estamos, o conceito de “transição pelo alto”, já anteriormente definido por Coutinho⁹, de que toma posse para realizar suas elaborações, também, nos auxilia para compreender que é traço marcado do Brasil as metamorfoses pelo alto, ou seja, encabeçadas pelas classes dirigentes.

O processo de abolição da escravidão no país, embora resultado de variadas insurreições negras, como nos revela Moura (2014), a forma com que se extirpou a escravização dos negros no país foi determinada e orientada pelos integrantes das classes escravistas que se mantiveram como classes dominantes no pós-abolição e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O trabalho livre e assalariado no Brasil teve como seu precursor o trabalho escravo. O processo de transição do primeiro para o segundo trouxe elementos importantes de influência para a nova configuração que se moldava a sociedade brasileira, agora em fase de implementação do modo de produção tipicamente capitalista, mas ainda guardando traços e ecos do formato colonial-escravista.

Com o fim do trabalho escravo no Brasil o processo de formação da classe trabalhadora no país teve por base a imigração de trabalhadores europeus, imigrantes esses já parte do exército industrial de reserva naquele continente. As fileiras dos trabalhadores no Brasil foram formadas especialmente pela utilização da força de trabalho dos brancos, sendo o negro relegado aos postos de trabalho mais

9 “O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular - ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de ‘via prussiana’ e Gramsci designou como ‘revolução passiva’. Em vez das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’, a alteração social se fez aqui mediante conciliações entre o novo e o velho; ou seja, se consideramos o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’, que excluiu inteiramente a participação popular”. (COUTINHO, 2011, p. 90-91).

explorados e conseqüentemente deixados para ocuparem os espaços da informalidade.

“Mais tarde, com a abolição da escravidão, o imigrante branco europeu foi escolhido para o assalariamento urbano industrial como principal alternativa aos trabalhadores negros, que povoavam a nossa produção agrária”. (ANTUNES, 2018, p. 253).

Para além de o homem branco ser uma alternativa ao negro, é preciso evidenciar que com a consolidação das leis trabalhista/CLT esses trabalhadores negros, que ocupavam os postos de trabalho agrários não tiveram seus direitos garantidos, seguindo assim, na retaguarda da classe trabalhadora e invisibilizados no contexto de uma possível cidadania.

Antunes (2018) ainda falando sobre a diferenciação entre trabalhadores negros e brancos nos evidencia que os direitos provenientes da CLT “excluía as massas assalariadas do campo”. (ANTUNES, 2018, p. 254), ou seja, os negros.

É no contexto de territórios colonizados e fortemente racializados que o Brasil¹⁰ e em geral as economias dependentes que constituem a América Latina se inserem no capitalismo. Esses territórios acabam por ter um significado de *locus* de exploração de riqueza, dependentes econômica e tecnologicamente dos países centrais ocupando na divisão internacional do trabalho o lugar de fornecedor de riquezas e paraíso da expropriação.

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi desenvolvido ao longo de anos e contou com marcos importantes à subalternização do negro, no aspecto jurídico legal variadas legislações foram criadas para lançar as bases fundamentais à desigualdade de classes, colocando o negro como sujeito que deveria ocupar os níveis mais subalternos existentes na sociedade.

A proibição de sua inserção nas escolas (Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837) e a negação do direito à propriedade de terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) são algumas das variadas legislações que evidenciam o lugar que se pretendia que

10 “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (NETO, 2015, p. 33). Conforme defende o autor, podemos afirmar que o Brasil ao desenvolver o modo de produção tipicamente capitalista e conseqüentemente a sociabilidade burguesa o fez conjugando o lastro arcaico de forma que fosse reconfigurado nos padrões do capitalismo.

o negro ocupasse.

Observamos, portanto, que variadas foram as iniciativas para impedir que no processo de transição para o capitalismo o negro saísse da condição de exploração. Apropriado pelo capital o racismo segue como ideologia legitimadora dessa inferiorização da população negra, entretanto, passa a ter novas configurações e o negro deixa de ser mercadoria, mas segue como cidadão de segunda classe.

Ousamos dizer que a divisão sociotécnica do trabalho livre assalariado foi influenciado diretamente pelo racismo nos países periféricos, ficando a desigualdade social marcada pelo traço racial, obviamente entendemos que a exploração do trabalho é peça fundamental ao funcionamento da produção do valor, que é o objetivo central do capital, produção e reprodução do valor de troca, entretanto, no contexto dos países dependentes as desigualdades produzidas pelo próprio funcionamento do capital estão marcadas pela raça e pelo gênero¹¹.

Dessa forma o que observamos é que na sociedade capitalista para que se realize o valor e sua valorização a produção de mais valia é o elemento essencial, entretanto, os níveis de exploração da força de trabalho são diferentes nos variados espaços e grupos sociais, sendo aqueles entendidos como minorias os que sofrem os impactos mais agudizados dessa exploração.

O racismo no bojo da sociedade capitalista é estratégico, estrutural e estruturante e tem, também, a função de reduzir drasticamente o valor da força de trabalho objetivando a manutenção da taxa de lucro do capital em *superávit*.

4 A PERTINÊNCIA DO DEBATE DA QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL

Considerando o Serviço Social uma profissão que historicamente está inserida diretamente no trato das questões diretamente ligadas a relação capital e trabalho, nos interessa, nesse momento, fazer uma abordagem sobre a importância da incorporação do debate das relações étnico/raciais pelo do Serviço Social, de forma

11 Embora tenhamos consciência de que as desigualdades nos países dependentes são agudizadas pela subalternização de variados grupos diferentes como mulheres, comunidade lgbtqi+, negros, dentre outros, nós nos ocupamos, dentro dos limites desse trabalho, com as questões que envolvem raça.

bastante dedicada, inclusive problematizando sobre as condições de exploração da classe trabalhadora considerando as marcas do racismo nessa exploração. A gênese da profissão é marcada pela vinculação com a Doutrina Social da Igreja, o que particularmente indica a influência conservadora¹² e racista¹³ a qual foi historicamente submetida a construção do Serviço Social brasileiro.

O Serviço Social surge como parte de um *movimento social* mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicado, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no 'mundo temporal', nos inícios da década de 30 (...) A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial: seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2004, p. 18 – 20).

Assim, podemos observar que o Serviço Social assume um papel central na “domesticação” da classe trabalhadora no contexto da consolidação do sistema de produção tipicamente capitalista no Brasil. É no contexto da industrialização brasileira que a profissão é demandada pelo Estado para enquadrar a classe trabalhadora em um misto de coerção e consenso.

Com o desenvolvimento do capitalismo nessas regiões, o racismo permaneceu, pois ele foi ideologia essencial na construção das relações sociais nesses territórios e, apropriado pelo capital, as práticas e aparatos racistas foram reconfigurados para atender a lógica da sociabilidade burguesa.

É justamente nesse aspecto que nos interessa afirmar que nesse cenário de reconfiguração e consolidação do sistema de produção tipicamente capitalista no Brasil, que o Serviço Social surge como profissão chamada para “dar o tom” da dominação sobre a classe trabalhadora, inclusive sendo responsável pelo trato da

12 Nesse momento de nossas considerações a interpretação que utilizamos para compreender o termo conservador está de acordo com a seguinte definição: “A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2004, p. 22). Isso significa dizer que compreendemos que o conservadorismo que influenciou a construção do Serviço Social teve por base os pilares da formação social brasileira que podemos identificar como racismo, colonialismo, machismo, patriarcado e homofobia. Obviamente, considerando o contexto da consolidação do modo de produção tipicamente capitalista no Brasil, o conservadorismo que se apresentou à profissão articulou esses pilares no contexto das necessidades de produção e reprodução do capital o que significa que não cabia a esse conservadorismo a defesa da escravização negra, mas sim da subalternização desses sujeitos na formação da classe trabalhadora.

13 Ao longo do processo de colonização e escravização do negro a Igreja Católica teve centralidade na disseminação de ideologias racistas que legitimaram a inferiorização do negro nas variadas esferas da vida social. Para maior aprofundamento ver Moura (2003).

Questão Social em um formato estritamente regulador e punitivo.

Identificamos o lastro de uma formação profissional baseada em ideias conservadoras. A profissão, principalmente nos períodos iniciais, pode ser caracterizada “por ser um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas (...)” (IAMAMOTO, 2014, p. 229), o que significa uma profissão solidificada pelos padrões ideológicos burgueses e conseqüentemente enquadramento e controle do proletariado.

Ao longo do desenvolvimento da profissão e das demandas impostas pelo avanço do capitalismo as reconfigurações do mundo do capital se apresentam e em meio pungência das demandas que a luta de classes apresenta, a profissão passou por processos de transformação assim, e podemos identificar os movimentos de reconceituação, a nível latino-americano, e o movimento de renovação do Serviço Social no Brasil como os marcos de transformação da profissão.

É importante salientar que foram dois movimentos distintos que ocorreram na profissão e em períodos diferentes, entretanto, em alguma medida se relacionam no sentido de uma crítica ao Serviço Social tradicional e são resultado das demandas da classe trabalhadora e das elaborações sobre as respostas profissionais.

O movimento de reconceituação que teve maior força em países da América Latina como Uruguai, Argentina e Chile e deve ser identificado como “(...) *fenómeno tipicamente latinoamericano* (...)” (NETO, 2007, p. 85). O que se quer delimitar aqui é justamente a especificidade da reformulação da profissão na periferia do capital, o que nos possibilita observar que no contexto de um capitalismo em ambiente periférico, colonizado e racializado os enfrentamentos e a correlação de forças entre a classe trabalhadora e as possuidoras dos meios de produção se acirram permitindo particularidades diferentes dos centros do capital.

Nesse aspecto entendemos que os avanços alcançados pelo Serviço Social latino-americano e especialmente no território brasileiro são resultado, também, das possibilidades de luta que se apresentam diante do acirramento da barbárie capitalista.

Mesmo que tenhamos acordo que os fatores que influenciaram o deflagramento do movimento de reconceituação “*radica Afuera del ámbito profesional, radica em*

factores exógenos al propio Servicio Social (...) (NETO, 2007, p. 87)”, entendemos que foi essencial uma reconsideração entre os sujeitos da própria categoria, foi preciso que uma vanguarda analisasse as suas práticas profissionais e as interpretassem como arcaicas, conservadoras e impossíveis de atender as reais demandas de interesse da classe trabalhadora.

Seja o movimento de reconceituação nos demais países da América Latina e o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, podemos dizer que foram especificamente importantes processos de reconfiguração da profissão que possibilitaram um giro da profissão na construção de uma lógica em defesa de um projeto societário de superação do capitalismo.

É importante destacar que ao longo de sua reconfiguração, o Serviço Social avançou sobremaneira desde sua constituição como profissão.

Na especificidade brasileira passou pela modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e pela intenção de ruptura. Os três momentos que destacamos, nos termos influência de Neto (2015), nos permite compreender que estamos diante de um processo gradual de avanço e, também, de retrocessos, que estão interligados a dinâmica do desenvolvimento da sociedade, pois se realizam como parte de seu desenvolvimento.

Assim, identificamos que o Serviço Social ao longo de sua construção passou por variados processos históricos, inclusive de revisão, porém podemos identificar que o movimento transformação da profissão é permanente e passível de continuidade, desenvolvimento ou mesmo retrocessos, pois, embora na atualidade tenhamos, no Brasil, um projeto profissional hegemônico alinhado com a defesa dos interesses da demanda real da classe trabalhadora e superação do capitalismo, isso não significa dizer que o apoio da categoria a esse projeto é unânime.

Observamos no cotidiano elementos importantes que nos permitem identificar vertentes alinhadas com o conservadorismo e que apresentam uma gama de proposta retrógradas frente aos avanços que a profissão conquistou ao longo dos anos. As propostas de um Serviço Social clínico ou o próprio Serviço Social libertário significam a tentativas de reintroduzir na atualidade práticas, em geral, já superadas pela categoria.

O que nos interessa afirmar, partindo dessa argumentação é evidenciar, como nos demonstra Lukács (2012), que a história não segue um padrão retilíneo bem delineado e de evolução cartesiana, mas que os avanços e atrasos fazem parte da construção da história.

Assim, observamos que embora o Serviço Social no Brasil tenha rompido com o projeto societário alinhado com os interesses da burguesia e se posicionado em defesa da classe trabalhadora, existem lastros conservadores que permanecem na profissão e que em muitos aspectos contribuem para novas propostas de projetos profissionais que são verdadeiros rompimentos com os avanços conquistados.

Partindo do exposto, podemos inclusive identificar que no bojo o debate racial na profissão tem ganhado força apenas nos últimos anos, o que significa que os intelectuais da profissão foram capazes de construir conhecimento de forma bastante robusta e sólida nos debates sobre o funcionamento da produção capitalista e seus impactos sobre a classe trabalhadora, mas é preciso observar que historicamente as produções não deram o devido destaque a questões relacionadas ao gênero e a raça que são imprescindíveis para compreender o capitalismo na particularidade latino-americana.

O que significou uma continuidade de práticas profissionais ainda influenciadas pelo racismo, como podemos observar nas intervenções de assistentes sociais na retirada da guarda de crianças de responsáveis por motivos relacionados as crenças e práticas de religiões de matrizes africanas, o que configura a prática de racismo religioso.

Se o atual código de ética dos assistentes sociais identifica como princípio fundamental a “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23) é preciso que as análises realizadas pela categoria estejam alinhadas a essas particularidades do preconceito que não são meros detalhes que se encontram nas relações sociais, mas que foram pilares da formação social brasileira e seguem a cada dia mais fortalecidos justamente pela relação amalgamada entre capitalismo e conservadorismo.

Quando abordamos sobre as análises e sobre a importância do corpo intelectual se debruçar considerando importantes conceitos e categorias que estão presentes no debate da questão racial, o fazemos por compreender a importância do papel dessas reflexões realizadas no interior da universidade que contribuíram de forma ímpar para os processos de transformação do Serviço Social.

Não pretendemos impor um messianismo sobre a categoria, mas a interpretamos como uma potente aliada no processo de transformação da sociedade.

Ao fazer uma análise sobre os equívocos do movimento de reconceituação, Santos (2007) identifica que não é a teoria que determina a prática e nem a prática que determina a teoria, mas são um conjunto que possibilita a elaboração do conhecimento.

É partindo dessa observação que compreendemos que é preciso que a intelectualidade da profissão esteja engajada e comprometida com as análises sociais, realizando as mediações que considerando a extrema importância das questões de raça, classe e gênero, pois são esses os elementos que de forma importante possibilitam a continuidade do modo de produção tipicamente capitalista.

Não é por mero acaso que no Brasil as camadas mais exploradas da classe trabalhadora são negras e em contrapartida dentre os sujeitos que constituem a classe dominante são brancos. Não podemos ficar na superfície da aparência dos fenômenos e cair no erro de pensar que essa realidade se construiu apenas como resultado de uma herança do escravismo colonial e que esse está superado.

O que de fato se identifica para além do fenômeno é que na lógica do capital a necessidade exacerbada pela produção de mais-valia demanda que entre a classe explorada exista estratificações de classe que sejam superexploradas, e os marcadores de raça e gênero são essenciais nesse processo de estratificação.

É nesse sentido que observamos que é essencial que o Serviço Social considere suas elaborações teóricas tendo a questão racial como elemento fundamental nas análises e que a categoria profissional que tem como principal contingente de usuários pessoas negras tome consciência desse debate para assim assumir uma postura além de anticapitalista, também, antirracista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não se esgote aqui o debate realizado, entendemos que a contribuição que fizemos se apresenta como extremamente necessária, mesmo que em caráter provocativo. Frente a realidade latino-americana que teve, guardadas as particularidades de cada região, sua formação social fundamentada no racismo, é imprescindível que os processos de análise sobre o funcionamento do capital tenham o debate de raça aglutinado nas mediações.

Se a luta de classes está presente até aqui em todas as sociedades, é preciso evidenciar que nas sociedades latino-americanas e especialmente no Brasil, a luta de classes desde as invasões resultantes das grandes navegações é marcada pela subalternização dos não brancos, relegando-os aos estratos mais explorados e expropriados da classe trabalhadora.

Como observamos ao longo de nossa produção, não se pretendeu realizar uma hierarquização entre as lutas sociais, mas evidenciar que há, na particularidade dos países da América Latina, o racismo como mecanismo que agudiza a exploração do trabalho e intensifica as desigualdades sociais.

Sendo o Serviço Social uma profissão que reivindica a defesa da classe trabalhadora e dos seus interesses reais, no que tange à superação do capitalismo, é preciso que a categoria esteja comprometida com a superação do racismo, sexismo e misoginia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BATISTA, A. A. A categoria divisão do trabalho em questão. In: Forti, V; GUERRA, Y. (orgs.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis, 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do assistente social**. 10ª edição. Brasília, 1993.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DE SOUZA, C. L. S. **Terra e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. 2018. 265 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LEMOS, R. “Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964” In: **Marx e marxismos**, n.2, p. 132, Niterói: Niep-Marx, 2014.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOURA, C. **A encruzilhada dos orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro**. Maceió: EDUFAL, 2003.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

NETO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. La Reconceptualización continua viva, 40 años después. In: **Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización**. 2ª edição. Buenos Aires: Espacio, 2007.

OLIVEIRA, D. de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.